



# neps

Boletim Informativo

Núcleo de Estudos de População e Sociedade | Instituto de Ciências Sociais | U.M. | Guimarães | 28 | Novembro de 2002

**editorial**

**Carlota Santos**

**EDITORIAL**  
***O mar, entre a vida e a morte***  
♦Carlota Santos

**FALANDO DE**  
**DEMOGRAFIA HISTÓRICA...**  
♦Maria Norberta Amorim

**INVESTIGADOR**  
**APRESENTA-SE**  
♦Manuel Artur Norton

**APONTAMENTOS**  
**DE INVESTIGAÇÃO**  
***A heráldica em Portugal***  
***Raízes, simbologias e***  
***expressões histórico-culturais***  
♦Manuel Artur Norton

**INICIATIVAS:**  
• **II Jornadas do Neps**  
***Festas e Romarias***  
***Tradicionais no Portugal***  
***Contemporâneo: Persistência***  
***de práticas e significados***  
***sócio-culturais***  
**13 a 15 de Janeiro**  
**de 2003**

**NOTÍCIAS:**  
• ***Desigualdades territoriais e***  
***sociais subjacentes à mortalidade***  
***infantil em Portugal***  
♦Um novo livro de Paula Cristina Remoaldo

**NAVEGAÇÕES:**  
• ***Recursos da Internet***  
***para o estudo da população:***  
***International Data Base***  
***(IDB)***

## **O mar, entre a vida e a morte**

Apontamentos sobre desastres marítimos ocorridos ao largo da Madalena (Ilha do Pico) entre 1665 e 1875

É propriedade dos organismos vivos nascerem, multiplicarem-se e morrerem. E, se as causas que desencadeiam a mortalidade são em grande parte de natureza biológica (sendo possível, neste caso, distinguir entre uma mortalidade endógena - no início da vida - e uma mortalidade biológica associada ao envelhecimento) radicam simultaneamente, e em larga medida, na acção exercida pelo meio.

No caso das populações humanas, a herança genética de cada indivíduo, enquanto ser único e insubstituível, é concerteza decisiva no seu percurso vital; porém, a sua inserção em determinado meio físico e social coloca-o permanentemente perante desafios mais ou menos violentos onde jogam as leis da natureza e do acaso e onde é testada a sua capacidade de sobrevivência.

A população da Ilha do Pico, à semelhança do que acontece nas restantes oito ilhas que constituem o arquipélago dos Açores, debateu-se desde o início do povoamento com um ambiente geográfico pouco favorável, marcado pelo isolamento, pela ameaça de uma montanha omnipresente cujas erupções vulcânicas se foram sucedendo ciclicamente e por frequentes manifestações de actividade sísmica<sup>1</sup>. Às lavas que periodicamente escorrem no oceano, os picoenses chamaram-lhes "mistérios" talvez porque a opção binária entre as possibilidades de sobrevivência, oferecidas pela terra

e pelo mar, tivesse sido desde sempre decidida pelos caprichos da Natureza, permanecendo alheia à compreensão dos homens.

Desvendar os segredos do mar, retirar dele algum sustento, ir mais além, constituíram, assim, mais do que alternativas à exploração da terra firme, o único ponto de fuga dos ilhéus que, face a situações limite impostas pela escassez do território e por condicionantes naturais, se foram assumindo ao longo dos séculos como pescadores, marinheiros, baleeiros, emigrantes...

A reconstrução da paróquia da Madalena, sede de um dos três concelhos da Ilha do Pico e principal porto de ligação com a Ilha do Faial que lhe é vizinha e com a qual sempre manteve relações de complementaridade económica, revelou-nos a existência de uma comunidade assente na actividade piscatória e numa exploração agrícola bastante limitada pela constituição áspera do solo, entremeado de terrenos pedregosos de biscoito resultantes de lavas recentes. Com efeito, tanto as informações recolhidas nos registos paroquiais a partir de 1665 e relativas às profissões dos chefes de família, como as que são veiculadas pelo ouvidor eclesiástico, António Silveira Bulcão, ao elaborar o mapa da população da Madalena no ano de 1838, justificam a pertinência das suas observações finais ao afirmar que, além dos marítimos

"... na columna das Profissoens deste Mappa vão quase todos com

## O mar, entre a vida e a morte

pouca excepção marcados de trabalhadores pois que não se ocupão em outra couza mais do que trabalhar nos campos, ou já seus, ou dos proprietários tanto da Ilha do Faial como desta Ilha do Pico. He para lamentar e para admirar que esta Freguezia onde os campos são quase todos cubertos de vinhas e onde se cultivão os milhores vinhos do Pico não há já hum só official de tanueiro de Profissão, e capaz de fazer huma pipa! Igual falta se experimenta nos mais officios de çapateiro, ferreiro, carpinteiro e pedreiro e alfaiate...<sup>2</sup>.

Esta fraca variabilidade de profissões é compensada pela polivalência da maioria dos seus habitantes que, nos vários momentos das suas vidas, são sucessiva e alternadamente registados como trabalhadores rurais ou marítimos. Nos diferentes tipos de registos paroquiais, foi no entanto possível detectar duas áreas geográficas de grande concentração de marítimos, durante os séculos XVIII e XIX: a Areia Larga e a Areia Funda, zonas costeiras imediatamente contíguas ao porto da Madalena onde se fixaram as famílias com maior e mais estável tradição piscatória ao longo de gerações.

Finalmente, a informação transmitida pelos párcos redactores dos registos de óbitos, entre 1665 e 1875, permitiu contabilizar e agrupar os indivíduos cuja causa de morte se acha directamente relacionada com a presença do mar no quotidiano das populações. Ainda que de carácter parcial, já que nem todas as ocorrências de morte por naufrágio ou outros desastres marítimos parecem ter sido sempre assinaladas<sup>3</sup>, o levantamento desses dados poderá servir de fundamento a ulteriores investigações sobre a mortalidade diferencial na freguesia, colocando em evidência aspectos cruciais no relacionamento homem/natureza.

Da observação do Quadro 1, é possível concluir que são os homens, enquanto pescadores e marinheiros, os mais afectados pela exposição às intempéries, às correntes costeiras, aos ventos fortes e irregulares que varrem a ilha e decorrem das suas características geográficas e climáticas.

**ÓBITOS REGISTRADOS COMO "DESASTRE MARÍTIMO ENTRE 1665 E 1864**

Períodos	Homens	Mulheres	Total
1665 - 1674	7	-	7
1675 - 1684	17	1	18
1685 - 1694	7	-	7
1695 - 1704	14	1	15
1705 - 1714	14	3	17
1715 - 1724	6	-	6
1725 - 1734	10	-	10
1735 - 1744	14	-	14
1745 - 1754	1	1	2
1755 - 1764	2	-	2
1765 - 1774	-	-	-
1775 - 1784	-	-	-
1785 - 1794	3	-	3
1795 - 1804	11	1	12
1805 - 1814	9	-	9
1815 - 1824	20	-	20
1825 - 1834	-	-	-
1835 - 1844	1	2	3
1845 - 1854	-	-	-
1855 - 1864	-	1	1
<b>1665 - 1864</b>	<b>136</b>	<b>10</b>	<b>146</b>

Fonte: *Livros de registos paroquiais da freguesia da Madalena (1665 - 1875)*

Por outro lado, e sempre ressaltando possíveis omissões de informação face a alguns acidentes mortais não registados, parece clara uma tendência no sentido da sua diminuição ao longo do tempo (observando-se um número pouco significativo de casos após 1825 e uma total ausência de notícias a partir de 1860) o que, como seria de esperar, reflectirá o maior domínio do homem sobre as forças da natureza. Do conjunto de indivíduos mortos no mar, destacam-se aqueles que foram vítimas de naufrágio em barcos, de maior ou menor porte, que asseguravam a travessia para a Horta ou, simplesmente, se dedicavam à pesca ao largo da Madalena.

Em 2 de Outubro de 1709, naufragou junto à Areia Larga um barco vindo do Faial e propriedade de mestre Manuel da Silveira; morreram sete homens (naturais das Bandeiras, de S. João e do Faial) e uma mulher jovem, natural da Madalena. Todos os corpos saíram em terra e foram sepultados na Matriz.

Em 4 de Outubro de 1726, "saiu nos Toledos o corpo de um inglês de um naufrágio que houve no Faial de uma lancha. Teria 18 anos de idade".

Em 1 de Outubro de 1735, naufragou um barco latino "de que não houve notícia alguma" e do qual era

mestre António Gonçalves. Com ele, faleceram 11 marinheiros com idades entre os 18 e os 50 anos.

Em 21 de Janeiro de 1795, um barco vindo do Faial "perdeu-se diante dos olhos de muito povo que observava esta desgraça", tendo falecido 9 homens da Madalena com idades entre os 30 e os 69 anos.

Além destes desastres colectivos e aparatosos, frequentemente presenciados pela população, registaram-se mortes isoladas de indivíduos que ocasionalmente pescavam ao largo, ou foram vítimas de acidente junto à costa.

Em 7 de Março de 1702, uma mulher de 60 anos, Maria, caiu ao mar e o seu corpo não chegou a ser resgatado.

Em 13 de Agosto de 1721, Jacinto de Brum caiu ao mar junto ao porto da Areia Larga. Tinha 16 anos e a sua morte foi imediata.

Em 25 de Junho de 1743, "desapareceu o alferes Pedro Vieira Garcia, viúvo de Maria Josefa, natural e freguês da Madalena, o qual por andar com uma grande e profunda hipocondria e quase sem juízo, se conjectura se haver deitado ao mar e nele ter perecido".

Em 4 de Abril de 1812, Paulo da Rosa, casado e de 49 anos de idade faleceu com seu filho Manuel, de 16 anos. "Estavam pescando e caíram ao mar".

De 1860 a 1875 os redactores paroquiais não registaram qualquer outra notícia de óbito com referência à causa de morte. O último registo, datado de 8 de Outubro de 1860, notifica o falecimento de Francisca Tomásia, solteira de 20 anos de idade que "caiu e foi arrebatada pelo mar".

Estes relatos, ainda que sumários e provavelmente pouco sistemáticos, recortam pedaços de histórias de vida que emergem do passado e se oferecem, ambíguos, às grelhas de leitura das várias Ciências Sociais. Retirar do animato os protagonistas destas histórias, revelar identidades e reconstituir os contextos demográficos, sociais e bio-culturais em que elas se desenrolaram são tarefas prioritárias inerentes ao objecto de áreas científicas afins como a Demografia Histórica, a Biodemografia e a Genética das Po-

Numa terra dura e pobre, hoje com população envelhecida habituada a subsídios e pensões de reforma, como é o caso de S. João da ilha açoriana do Pico, ao debruçar-me sobre a segunda metade do século XIX, altura em que a freguesia tinha que sobreviver com os seus recursos e com quase o triplo da população actual, sinto dificuldades em aproximar-me do quotidiano revelado pela vasta documentação que tive possibilidade de cruzar. É difícil entender como certas famílias da freguesia, sem terra compatível com a sua dimensão e com escasso mercado de trabalho, conseguiam encontrar o sustento diário. Ao identificar os residentes nas primeiras seis casas do Caminho do Arrasto, uma das canadas de um dos dois lugares da freguesia, o lugar da Companhia de Cima, encontramos claros exemplos dessa difícil re-

lação entre Família e Propriedade.

### 1.º CASO

Na casa nº1 do Caminho do Arrasto residia no dia 1 de Janeiro de 1883 uma mulher casada, com marido ausente, de nome Maria Inácia, Monica, de alcunha, de 42 anos, com duas filhas ilegítimas, Paula, de 15 anos, e Maria, de 14.

Nascida em 2 de Março de 1840, Maria Inácia era a única filha do casamento de João José da Silveira e de outra Maria Inácia. Do primeiro casamento do pai com uma mulher de nome Ana Maria nascera apenas uma filha, Maria Josefa, em 6 de Setembro de 1816, que residia na mesma altura com o marido e os filhos na casa nº2 do mesmo Caminho do Arrasto. Falecida Ana Maria em 12 de Setembro de 1836, João José da Silveira viu nascer logo em 8 de

Novembro do mesmo ano um filho natural de Maria Inácia, então solteira, filho falecido logo após o nascimento. Dentro já do casamento viria a nascer Maria Inácia, Monica. Falecida a segunda mulher em 20 de Dezembro de 1851, João José da Silveira, já então com 60 anos, voltou a casar e teve mais duas filhas, uma residente em 1883 não muito longe das irmãs, no mesmo lugar da freguesia, o lugar da Companhia de Cima, e outra ausente.

O casamento de Maria Inácia Monica, órfã de mãe, realizara-se em 8 de Janeiro de 1857, aos 16 anos, com António Silveira Goulart, de 19 anos. Este, nascido em 28 de Novembro de 1837, era filho de Manuel Silveira Goulart e de Maria de S. João. Dos seus onze irmãos, dois haviam falecido em criança e todos os outros haviam emigrado. António Silveira Goulart

## O mar, entre a vida e a morte

pulações. Estas perspectivas interdisciplinares, elegendo metodologias microanalíticas e recorrendo ao cruzamento nominativo da informação que lhes está associado, permitirão revelar a diversidade dos ritmos e as formas de adaptação ao meio ambiente observados na população<sup>4</sup>, desvendar a complexidade dos cenários onde os actores sociais se movem e reinterpretar os seus trajectos vitais. Com o mar entre a vida e a morte, "tudo isto debaixo de 3000 metros de mistério coroados de uma agulha de neve"<sup>5</sup>... •

### NOTAS

- 1 Sobre os efeitos espectaculares e devastadores destas ocorrências ver, por exemplo, o relato testemunhado em 1562 pelos tripulantes de um barco castelhano que cruzava as águas açoreanas a cerca de 250 léguas da Ilha Terceira, in *Arquivo dos Açores*, vol I, Ponta Delgada, 1878, p. 360
- 2 *Mapa da população da freguesia da*

*Madalena (1838)*, Arquivo do Governo Civil da Horta (sem tratamento arquivístico)

- 3 É o caso do naufrágio que ocorreu ao largo da Madalena em 7 de Dezembro de 1761 (o qual se encontra na origem da posterior regulamentação das ligações marítimas com a Horta) e relativamente ao qual não foi registado qualquer óbito. Cf. Meneses, A. F. (1995) - *Estudos de História dos Açores*, vol II, Ponta Delgada, Jornal de Cultura
- 4 Cf. Bideau, A. (1984) - "Mecanismos auto-reguladores de populações tradicionais" in Marcílio, M. L., *População e Sociedade - evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Editora Vozes
- 5 Nemésio, V. (1944) - *Mau Tempo no Canal*, Lisboa, Livraria Bertrand, p. 347

### BIBLIOGRAFIA

Bideau, A. (1984) - "Mecanismos auto-reguladores de populações tradicionais" in Marcílio, M. L., *População e Sociedade - evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Editora Vozes

Gil, M. O. R. (1979) - *O Arquipélago dos Açores no século XVII - aspectos socioeconómicos (1575 - 1675)*, Castelo Branco, ed. autor

Macedo, A. L. S. (1981) - *História das quatro ilhas que formam o distrito da Horta*, Facsímile da edição de 1871, Angra do Heroísmo, Direcção Regional dos Assuntos Culturais

Meneses, A. F. (1995) - *Estudos de História dos Açores*, vol. II, Ponta Delgada, Jornal de Cultura

Nemésio, V. (1944) - *Mau Tempo no Canal*, Lisboa, Livraria Bertrand

### FONTES

*Livros de registos paroquiais da freguesia da Madalena (1665 - 1875)*, Arquivo Distrital da Horta

*Mapa da população da freguesia da Madalena (1838)*, Arquivo do Governo Civil da Horta (sem tratamento arquivístico)

*Arquivo dos Açores*, vol. I, Ponta Delgada, 1878



também emigrou no próprio ano do casamento, deixando a mulher. Esta, passados dez anos de ausência do marido, em 13 de Fevereiro de 1867, não assumiu uma sua filha ilegítima e foi enjeitá-la à freguesia de S. Mateus, onde lhe deram o nome de Paula. Da filha Maria também não encontramos registo de nascimento em S. João, mas uma e outra acabaram por ser reconhecidas pela mãe.

Identificando a propriedade em nome de Maria Inácia, Monica, podemos tentar uma aproximação ao quotidiano desta família. Através da matriz predial da freguesia de S. João sabemos que viviam numa casa térrea (o corrente era uma casa com loja e andar), e que tinham mais nove números na matriz rústica. Admito que um pequeno pedaço de terra apenas com 4 braças próximo da casa serviria de quintal. Seis outros números eram relativos a pequenas terras de sementeira, num total de 540 braças (cada 200 braças correspondiam a um alqueire, ou seja 968 m<sup>2</sup>), onde se cultivava milho. Uma terra de queiro com 50 braças e outra de mato na mesma dimensão eram os únicos recursos para fazer o estrume e repor a produ-  
 tividade das terras de sementeira.

É de admitir que essas 540 braças de terra dessem escassamente milho para que Maria Inácia Monica e as suas duas filhas tivessem, em ano normal, o bolo necessário ao seu sustento. De facto, um alqueire de terra de segunda ou terceira, como era o caso, poderia produzir cerca de três sacos de milho (um saco de milho equivalia a 60 kg.), o necessário na primeira metade do século XX para o sustento de uma pessoa ao longo do ano, quando complementado com o recurso a batatas brancas, batatas doces e inhames. Na época não se tinha difundido ainda a cultura da batata doce na freguesia, as batatas brancas apodreciam depressa e Maria Inácia não tinha terras de inhames.

Uma outra questão se coloca. Quem trabalhava as terras de Maria Inácia? Embora semear o milho a focho, quebrar o pendão ou derrocar as *maçarocas* (espigas) pudessem ser trabalhos femininos, lavrar a terra exigia a intervenção do arado e ela não tinha pastagens para gado vacum. É de admitir que tivesse animais de capoeira, mas dificilmente teria recursos para criar um porco. As ocu-

pações comuns das mulheres da freguesia como tecedeiras ou fiandeiras trariam mais alguns proventos? É de admitir que sim e não seria de depreciar o trabalho das filhas, muito cedo integradas nesse labor feminino.

Maria Inácia, Monica, faleceu em S. João com 83 anos. A filha Paula casou na freguesia aos 21 anos, falecendo aos 63, com vasta descendência. A filha Maria ausentou-se.

---

## 2.º CASO

---

Como vimos, residia em 1883 na casa nº2 do Caminho do Arrasto uma meia irmã de Maria Inácia Monica, de nome Maria Josefa, de 66 anos. Estava casada com Mariano José Martins, de 67, o filho mais novo dos nove que haviam tido João Homem Martins e sua mulher Maria Antónia. Dois desses irmãos haviam emigrado, uma irmã residia também na Companhia de Cima, e os outros haviam falecido adultos.

O casamento entre Mariano José Martins e Maria Josefa realizara-se em 13 de Maio de 1839, aos 23 e 22 anos, respectivamente, e dele nasceram oito filhos. Apenas dois desses filhos, Ana, de 40 anos, e Rosa, de 24, residiam em 1883 com os pais. A filha mais velha, Maria, nascida em 9 de Outubro de 1840, falecera aos 5 anos de idade. Ana Josefa Martins, uma das filhas residentes, nascida em 19 de Abril de 1842, viria a falecer solteira em S. João aos 79 anos. Rosa, primeira de nome, nascida em 28 de Maio de 1845, faleceu no primeiro mês de vida. Maria, segunda de nome, nascida em 11 de Maio de 1846, emigrara aos 27 anos para os Estados Unidos. Manuel José Martins, o filho que se seguiu, nascido em 13 de Fevereiro de 1849, emigrara aos 21 anos

para o Brasil. João José Martins, nascido em 23 de Março de 1854, estava casado e residia no mesmo lugar da Companhia de Cima. Mariano José Martins, homónimo do pai, nascido em 26 de Agosto de 1856, emigrou para os Estados Unidos aos 21 anos, mas acabou por regressar a S. João, onde faleceu aos 85. Rosa Carolina Rodrigues, a filha mais nova, nascida em 30 de Novembro de 1858, viria a emigrar para o Brasil aos 29 anos.

Em 1883 com quatro pessoas residentes, a família de Mariano José Martins dispunha de um rendimento colectável de 6\$508 réis, referente a onze números da matriz predial da freguesia. A casa em que viviam tinha loja e andar e dois outros pedaços de terra com 4 e 8 braças, respectivamente, serviam de quintal ou curral de galinhas. Dos 14 alqueires de terras que a família possuía, cerca de 10 seriam de sementeira, de segunda e terceira categorias, sendo os restantes de árvores de frutos e de rama. Um número de matriz com 30 braças de relva, poderia significar que uma terra que dera inhames estava de momento de pousio. Com um rendimento de cerca de 30 sacos de milho, a família de Mariano José Martins com apenas 4 pessoas em 1883, poderia ter excedentes de cereal que ajudariam a equilibrar o orçamento doméstico, possivelmente reforçado com ajudas dos filhos emigrados.

Mariano José Martins faleceu aos 83 anos. Sua mulher faleceu aos 80.

### 3.º CASO

Na casa nº3 do Caminho do Arrasto residia em 1883 uma família alargada, referida a dois fogos. Num primeiro fogo encon-

tramos uma mulher solteira, Maria Teresa, de 72 anos de idade. Ao segundo fogo é referido um filho da mesma, António José da Silva, de 30 anos, sua mulher, Maria Isabel Soares, de 29, segundo o pároco, e três filhos do casal, Maria, de 5 anos, Manuel de 3 e Isabel de um ano.

Maria Teresa, nascida em 26 de Janeiro de 1811, era filha de João Alves de Melo e de outra Maria Teresa. Tivera três irmãos. Uma irmã falecera em criança, e os outros haviam-se ausentado. Ela própria baptizara três filhos naturais. O filho mais velho, Manuel, nascido em 4 de Agosto de 1838, ausentara-se da freguesia. António, o filho segundo, nascido em 28 de Setembro de 1850, falecera no primeiro mês de vida. António José da Silveira, o filho residente, nascido em 1 de Junho de 1852, casara aos 24 anos com Maria Isabel Soares, natural das Lajes, filha de outra mulher solteira, Rosa Jacinta.

Do casamento de António José da Silveira e de Maria Isabel Soares viriam a nascer em S. João oito filhos: Maria, nascera em 13 de Agosto de 1877; Manuel, em 4 de Outubro de 1879; Isabel, em 23 de Novembro de 1881; Rosa, viria a nas-

cer em 9 de Fevereiro de 1884; Ricardo, em 4 de Janeiro de 1887; José, em 29 de Janeiro de 1889; António, em 21 de Fevereiro de 1891 e Leonor em 26 de Julho de 1894.

A família, que em 1883 contava três adultos e três crianças teria certamente muitas dificuldades de sobrevivência. Ao nome de Maria Teresa são referidos apenas dois números na matriz predial da freguesia e no nome do filho não foi registada qualquer propriedade. Um primeiro número de matriz na posse de Maria Teresa dizia respeito à casa em que viviam, uma casa com loja e com cozinha "palhoça". O outro número dizia respeito a uma terra de sementeira de 3ª categoria com apenas 100 braças. Sem terrenos que lhes dessem milho para comer numa terra em que os poucos empregadores só solicitavam trabalho sazonal, a fome podia facilmente acompanhar o quotidiano desta família.

Maria Teresa faleceu em S. João aos 78 anos, em 5 de Fevereiro de 1889. O neto Manuel saiu do rol em 1893 e no ano seguinte toda a família se ausentou. A filha Rosa, com o nome de Rosa Cândida da Silva, visitou S. João em 1907, vindo dos



Estados Unidos, destino provável dos pais e irmãos.

---

#### 4.º CASO

---

Na casa nº4 do Caminho do Arrasto, uma casa com loja, um andar, cozinha palhoça e quintal, residia em 1883 uma mulher solteira, isolada, de 43 anos. Tratava-se de Maria Josefa, nascida em 6 de Agosto de 1839, filha de José Francisco de Matos e de sua mulher, Antónia Josefa. O pai falecera em 1840, aos 44 anos, e não deixara mais filhos (um primeiro filho do casal falecera logo após o nascimento). A mãe falecera em 1880, aos 80 anos.

Em 1883, além da casa em que vivia, Maria Josefa tinha mais quatro números na matriz predial da freguesia, sem atingir alqueire e meio de terra de sementeira, de 3ª e 2ª categorias, com algum terreno de rama. Com a necessidade de trabalho masculino para trabalhar as suas terras, estas dar-lhe-iam o suficiente para não ter falta do bolo diário?

Sem chegar a casar e sem filhos naturais, Maria Josefa faleceu aos 48 anos de idade.

---

#### 5.º CASO

---

Na casa nº5 do Caminho do Arrasto encontramos uma mulher solteira, Maria Francisca, de 50 anos de idade, a Bicha, de alcunha, com duas filhas também solteiras, Antónia, de 29 anos, e Filomena, de 19. Viviam numa casa palhoça com quintal, a única propriedade que possuíam.

Maria Francisca tivera quatro filhos conhecidos. Depois de Antónia, nascida em 18 de Setembro de 1853 e de Filomena, nascida em 17 de Janeiro de 1863, nascera Manuel, em 14 de Setembro de 1865, falecido



com três dias, e Maria, em 19 de Dezembro de 1869, cujo destino desconhecemos.

A própria Maria Francisca era filha de outra com o mesmo nome e alcunha, também solteira.

A filha Antónia, que se chamaria Antónia Francisca, faleceu solteira aos 49 anos, sem filhos conhecidos. Filomena da Conceição casou aos 26 anos com um homem de fora, da freguesia de S. Mateus, e faleceu em S. João, aos 77 anos.

Sem bens conhecidos a não ser uma pequena casa que não conhecia telha, é de admitir que Maria Francisca na sua velhice se dedicasse à mendicidade, embora a documentação não seja explícita a respeito. Faleceu aos 70 anos.

---

#### 6.º CASO

---

Na casa nº6 do Caminho do Arrasto encontramos um homem viúvo, de 63 anos, José Francisco Gonçalves, Saçola de alcunha, duas filhas solteiras, Josefa, de 33 anos, e Francisca, de 29, e uma neta, Maria, de 14 anos.

José Francisco Gonçalves, nascido em 17 de Maio de 1819, era filho de António José Gonçalves e de Maria da Encarnação, casal que tivera sete filhos. Dois desses filhos haviam falecido jovens, um outro logo após o nascimento, um havia emigrado e os restantes estavam casados, todos no lugar da Companhia de Cima.

José Francisco Gonçalves ha-

via casado aos 22 anos, em 18 de Abril de 1842, com Maria Francisca, de 28 anos, que viria a falecer em 22 de Fevereiro de 1881. Tiveram cinco filhos. A filha mais velha, Maria Francisca, nascida em 29 de Março de 1841, antes do casamento dos pais, casara aos 32 anos e vivia então no mesmo Caminho do Arrasto, na casa nº10. Manuel Francisco Gonçalves, o filho que se seguiria, nascido em 20 de Março de 1845, tomara a alcunha do pai, Saçola, vivendo em 1883, casado, no outro lugar da freguesia, o lugar da Companhia de Baixo. Josefa Gonçalves, nascida em 1 de Junho de 1849, residente com o pai, viria a falecer solteira aos 92 anos. Francisca da Conceição Gonçalves, a outra filha residente, nascida em 10 de Março de 1853, viria a casar fora da freguesia, embora falecesse em S. João, aos 67 anos. Um filho mais novo, José Francisco Gonçalves, homónimo do pai, nascido em 21 de Setembro de 1856, emigrara para o Brasil aos 17 anos. Não identificamos pelo nascimento a neta Maria, arrolada em 1883.

Esta família tinha uma propriedade escassa, insuficiente para o sustento diário. Na mesma zona da casa em que viviam, uma casa com loja e andar, possuíam 50 braças de terra de sementeira e vinha. No total, não chegava a dois alqueires o terreno de sementeira de que dispunham, classificado como de 3ª categoria. Um alqueire de terreno de mato, distribuído por dois números de matriz, e pouco mais de dois alqueires de terreno de relva, em três números de matriz, completavam o seu património registado. Não tendo milho para a casa, com apenas algumas parreiras de vinha e com as terras de inhames de pousio, um homem idoso com duas filhas e uma neta a cargo teria certamente sérias dificuldades de sobrevivência.

José Francisco Gonçalves morreu com 73 anos. •



**NOME:** Manuel **Artur Norton**

**NATALIDADE:** Campo Grande, Lisboa

**RESIDÊNCIA:** Casa de Vicente, Frades, Póvoa de Lanhoso

**ACTIVIDADE PROFISSIONAL:** Assessor Principal da Universidade do Minho / Investigador nas áreas da Genealogia e da Heráldica.

## A História, entre as genealogias e a heráldica

Quando frequentava o curso de História e Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa comecei a interessar-me por uma personagem do reinado de D. João V com actividades na Guerra da Sucessão de Espanha, Governador de Minas Gerais, Brasil e Vice-Rei na Índia.

O resultado foi ter apresentado como tese de licenciatura a biografia de D. Pedro Miguel de Almeida Portugal. Nesse trabalho juntei uma genealogia da família dos marqueses de Alorna.

Foi o começo da influência genealógica que me tem sempre acompanhado juntamente com a heráldica de família.

Em 1961 licenciiei-me em Ciências Histórico-Filosóficas, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Em 2002 doutorei-me em História pela Universidade do Minho. Possuo ainda o curso de pós-graduação em Ciências Pedagógicas, pelos Estudos Gerais Universitários de Lourenço Marques (1965) e o Curso de Bibliotecário – Arquivista pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1970).

Entre para a Universidade do Minho por concurso público para o cargo de Director dos Serviços de Documentação em 1974; de 1981 a 1989 passei à categoria de Assessor da U.M.; desde 1989 por concurso público alcancei a categoria de Assessor Principal da U.M.

Entre os trabalhos que desenvolvi no campo da História ligados à Genealogia destaco entre outros: *Alguns problemas da Ge-*

*nealogia em Portugal*, 1963; *D. Pedro Miguel de Almeida Portugal*, 1976; *Albuquerque das Beiras*, 1974; *Portugueses que combateram nos Terços, na Flandres*, 1984; *Repercussões da Armada Invencível nos nobiliários portugueses*, 1981-89; *Das famílias burguesas de Caminha e seu termo*, 1993; *Genealogia e Linhagia*, 2000.

Em relação à Heráldica estão publicadas mais de cem cartas de brasão de armas (C.B.A.) inéditas; *Portugueses badges*, 1974; *Do escudo sanguinho ou sanguíneo*, 1976; *Simbologia da universidade*, 1977; *Acerca das diferenças*, 1985-86 e 1989-90; *As armas da família van der Hagen*, 1990; *The heraldry of the illegitimate children on the nobility*, 1993; *Genealogia heráldica do barroco. Árvore inédita de Geração e Linhagem de Manuel Bernardo Castelo Branco Vilhegas*, 1996; *Sobre os Cantos*, 1999; *A Heráldica em Portugal*, 2002.

Dentro do âmbito heráldico criei o escudo de armas de Universidade do Minho, da Universidade de Trás-os-montes e Alto Douro, da Universidade da Beira Interior, da Universidade Portucalense do Instituto Politécnico de Castelo Branco, do Instituto de Medicina Legal, da Associação Industrial do Minho, da cidade de Águeda, e de bastantes vilas e freguesias principalmente dos distritos de Braga e Viana do Castelo na medida em que se é membro da secção de Heráldica da associação dos Arqueólogos Portugueses e ordena-

ram-se uma série de escudos de armas para a F.A. dentro dos quais se obteve o 1º prémio em concurso público da Base Aérea, nº.5 Monterreal – Paraquedistas.

Sou sócio efectivo da Associação Portuguesa de Genealogia, da Associação dos Arqueólogos Portugueses, do Instituto Português de Heráldica; das estrangeiras sou sócio correspondente do Colégio Brasileiro de Genealogia, no Rio de Janeiro; do Instituto Genealógico Brasileiro, em São Paulo; da Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogia, em Madrid; da Asociación de Genealogía, Heráldica y Nobiliaria da Galicia, em Pontevedra; do Centro Nacional de Investigaciones Genealógicas y Antropológicas, em Quito; das internacionais membro efectivo de número da Académie Internationale d'Héraldique; do Instituto Cultural Galaico-Minhoto.

Estou actualmente envolvido num projecto de levantamento e ligações da principalidade da freguesia de Lages, no Pico (Açores).

Quanto aos projectos para o futuro, no ramo da Heráldica continuarei envolvido na publicação das análises às cartas de brasão de armas inéditas e à investigação dos temas de heráldica de família. Na área da Genealogia, proponho-me proceder ao levantamento dos assentos paroquiais de Sta. Maria Maior, Colegiada e N. Sra. de Monserrate, freguesias urbanas de Viana do Castelo. •

## A heráldica em Portugal

### Raízes, simbologias e expressões histórico-culturais

As primeiras figuras e peças adoptadas para distinguir heraldicamente pessoas, famílias ou instituições estão documentadas desde o início do século XII. As regras que regulamentavam essa actividade começaram a ser codificadas.

As condições da vida medieval que no século XII, condicionaram o desenvolvimento desses símbolos derivaram da forma peculiar da organização social. Foi decisiva a influência dos selos de validação na documentação notarial, as bandeiras das estruturas militares e, principalmente, porque havia uma longa tradição no uso dos símbolos já estável no período clássico.

Estes factos reflectem-se na Heráldica pela simbologia que vão adoptando e também pela própria moda que vai transformando os gostos da sociedade dando origem a ordenações heráldicas diferentes das anteriores. As próprias famílias envolvidas nas lutas políticas usam não só certas figuras, tais como o leão, a águia, os lises, as rosas, como também determinadas tintas.

Em relação ao uso das tintas, para além da influência política, há ainda dois aspectos relevantes a considerar nesta situação complexa. Estão ligadas às famílias, razão pela qual os seus utentes preservarem o seu uso, que teve como consequência a predominância de certas tintas, por regiões, como é o caso do esmalte verde, na zona ocidental da península Ibérica. No seu todo a península tem no esmalte azul durante o século XVI um uso superior ao das outras regiões.

A existência de arautos na península ibérica é conhecida desde a batalha de Navas de

Tolosa (16-Jul-1212).

Durante o reinado de D. Afonso III, as cortes autorizaram o monarca a despendar uma determinada quantia com três jograis. Deste facto conclui-se que os funcionários heráldicos já exerciam as suas funções em Portugal. A longa permanência de D. Afonso III, nas cortes europeias permitiu-lhe conhecer e trazer na sua comitiva pessoas que desenvolveram a heráldica em Portugal permitindo manter o mesmo nível das outras regiões europeias. Esta actualização viria a reflectir-se, no reinado de D. Afonso IV, pelas referências que existem, aos arautos e também a passavantes portugueses.

Nos fins do século XIV, surgem notícias dum Arauto Constantinopla. Este escreveu uma obra cuja primeira parte é o tratado de heráldica português mais antigo.



No reinado de D. João I foi baptizado um oficial de armas com o nome de Arauto Coimbra. A partir deste reinado, há continuidade de referências aos Oficiais de Armas portugueses.

Desde os fins do século XIV, foi norma usada só em Portugal a de baptizar os Oficiais de Armas com nomes de cidades estrangeiras. Esse costume, cujas razões se desconhecem, manteve-se em vigor até ao fim da monarquia, com as designações de estados e cidades de além-mar.

A organização portuguesa dos Oficiais de Armas pode dividir-se em duas épocas distintas: antes e depois de 1512, data da publicação do Regimento de Armaria. Na primeira época, podem considerar-se dois grandes períodos: o primeiro vai desde D. Afonso III até à publicação da Carta Régia, de Toro, 21 de Maio de 1476; a outra vem desde essa data até 1512, com a organização dum corporação de Oficiais de Armas.

A segunda época é a que sucede à promulgação do Regimento de Armaria com a criação do Cartório da Nobreza até à actualidade.

Da primeira época, pouco se conhece sobre a forma de actuar dos Oficiais de Armas portugueses. A primeira grande modificação dá-se no reinado de D. Duarte, pois começam a registar-se as mercês heráldicas nos Livros das Chancelarias. Esta actuação reflecte já uma organização oficial. Torna-se mais evidente a intervenção régia, porquanto o monarca chamou a si o poder de agraciar com armas novas. Acabara-se com a norma medieval da assunção de escudos de armas de família. Esta actuação veio a culminar com a primeira organização dum

## A heráldica em Portugal

serviço de mercês heráldicas. É a actuação do rei D. Afonso V com a criação da Corporação de Oficiais de Armas. Esta corporação tinha como característica alguns dos seus funcionários passarem a ter nomes fixos, como um Rei de Armas Portugal ou um Rei de Armas Algarve.

A partir do reinado de D. Afonso V, graças à criação da corporação dos Oficiais de Armas, pela Carta Régia, de Toro, 21-Maio-1476 passa a haver um registador específico e autónomo para as mercês heráldicas. Este copiador viria a ser conhecido pelo *Livro Velho (ou Antigo) dos Reis de Armas*, que foi destruído pelo Terramoto de 1755. É na referida Carta Régia a primeira vez que se faz alusão à existência em Portugal de armas plebeias, as quais passaram a estar regulamentadas. Assim, foi-lhes interditado o uso de metais.

Neste vasto campo da heráldica de família, a concepção de organização administrativa do período medieval passara. Já não são registados em copiadores e os respectivos processos guardados em casa do Rei de Armas, arquivos estes que seriam oficiosos. Passa a haver uma Corporação de Oficiais de Armas com uma organização que pode tomar conta administrativa dos processos e seus registadores.

A importância desta alteração evidencia-se, quando o rei D. João II pelo seu Rei de Armas Portugal, João Rodrigues manda começar um novo registador que veio a ser conhecido pelo *Livro (da Armaria) dos Reis de Armas* e tal como o antecedente desapareceria ou ficaria inutilizado com o cataclismo de 1755. Alcançada a especificação dos diversos registadores desaparecidos, foi possível recupe-



rar-se o códice do João Rodrigues, o denominado *Livro (da Armaria) dos Reis de Armas* com trezentos e vinte e cinco escudos de armas de família.

A finalidade deste copiador, e possivelmente o bloqueamento do anterior *Livro Velho (ou Antigo) dos Reis de Armas*, deve-se a uma diferente orientação política do rei D. João II, ao tentar ser servido por uma aristocracia paçã.

Com o rei D. Manuel I ocorre o passo definitivo na estruturação administrativa da heráldica em Portugal. Este rei promulga em 1512 o *Regimento de Armaria*, assim como mais tarde, em 1521, o seu complemento, o *Regimento de Nobreza dos Reis de Armas*. Finalmente, em 1592, foi elaborado o Regimento do Escrivão da Nobreza.

Este conjunto de normas elaboradas em Portugal, entre 1512 e 1592, estruturaram um serviço administrativo público, com o nome de Cartório da Nobreza. Simultaneamente, as formas do baptismo, juramento e tomada de posse dos Oficiais de Armas e Escrivão da Nobreza ficaram regulamentadas.

É função desta repartição pública, serem emanados os documentos oficiais heráldico-

genealógicos e os monarcas delegam plenos poderes ao Rei de Armas Portugal para o cumprimento deste serviço. Sucede, porém, que vinha a desenvolver-se uma nova forma de galardoar heráldicamente as pessoas, ao criarem-se as armas novas, com ou sem novo apelido. Desta forma passam a funcionar dois sistemas paralelos: um é o reconhecimento oficial de que o armigerado por usar determinado apelido pertence àquela família; outro é dado ao agraciado um escudo de armas original que às vezes era acompanhado de novo apelido.

Na prática, o requerimento de determinado apelido, cujas armas eram conhecidas por um simples inquérito de testemunhas, era aceite no Cartório da Nobreza como sendo da referida família e como tal era-lhes passada uma C.B.A. correspondente aos citados apelidos.

No segundo caso, o peticionário teria de provar que era descendente do primeiro agraciado que tivera aquelas armas específicas. Daí a razão de bastantes escudos de armas de família virem citados com a especificidade do nome do primeiro utente, porque as armas não eram referentes ao apelido, mas a uma específica pessoa ou mais tarde a determinada família. Se estruturalmente são duas situações diferentes, muito cedo foram esquecidos os primeiros de cada família e os Oficiais de Armas passaram a emitir C.B.A. como se todas fossem armas do apelido.

Os Oficiais de Armas passaram a tratar de toda a matéria heráldica, fosse de escudos de armas da Família Real ou da aristocracia ou das autarquias. Não se conhecem quaisquer casos que tivessem existido com referências à heráldica corporativa. Estes funcionários

## A heráldica em Portugal

deixaram de ser nomeados para outras missões, uma vez que passaram a ter uma tarefa específica a desempenhar. Nos primeiros tempos ainda foram nomeados para serviços fora do âmbito do Cartório da Nobreza, mas são situações que vão rapidamente desaparecer. O que se veio a verificar, foi a nomeação ao reinado de D. João V dos Reformadores do Cartório da Nobreza e mais tarde, da nomeação de Oficiais de Armas extraordinários. Por motivos imperiosos da situação anómala que a Corte vivia no Rio de Janeiro foi criado o Rei de Armas América, Ásia e África.

É de notar que havia tendência para serem baptizados com nomes de terras, cidades e vilas fora de Portugal. Essa peculiaridade é uma característica da armaria portuguesa cujo mais remoto exemplo é dos finais do século XIV com o Arauto Constantinopla. É a partir do século XV que surge um Rei de Armas Índia e com o nome de cidades passa a haver o Arauto Ceuta, o Arauto Goa e também com o nome duma vila o Passavante Cochim.

O cargo de Rei de Armas Portugal é inerente ao de Juiz da Nobreza. O Rei de Armas Índia ficará com as suas funções ligadas aos escudos de armas autárquicos e a ser normalmente o Escrivão do Juiz da Nobreza. O Escrivão da Nobreza que já existia pelo menos desde 1450 tinha as funções administrativas entre os Oficiais de Armas. Este funcionário não tinha baptismo como os Oficiais de Armas, embora devido à importância administrativa tivesse o seu Regimento (1592), onde lhe estão definidas as respectivas funções.

Em 1512 são publicamente baptizados, nomeados e empossados os primeiros Ofi-

ais de Armas do Cartório da Nobreza em sessão solene nos Paços da Ribeira pelo rei D. Manuel I. Destes o Rei de Armas Principal, o bacharel António Rodrigues escreveu um tratado de armaria e traduziu do francês para castelhano *Os Doze da Fama*, que em dois anos teve duas edições.

Se a primeira vaga de Oficiais de Armas era constituída por especialistas, nota-se que a deterioração do nível científico e artístico se foi acentuando com o decorrer do tempo. Resultado: dois séculos mais tarde o Rei tem de nomear por duas vezes um Reformador para o Cartório da Nobreza. Acusação de subornos como foi o processo intentado contra Gaspar Velho, Rei de Armas Portugal ou os erros heráldicos e genealógicos patentes nas C.B.A. que têm vindo a ser publicadas, onde se verificam lapsos inadmissíveis feitos pelos Oficiais de Armas, demonstram o baixo nível do conhecimento heráldico destes funcionários. O caso passado entre o Rei de Armas Portugal, Luís Rodrigues Cardoso e Rodrigo Ribeiro da Costa em que este

foi condenado a prisão e ter destruído documentação incriminatória. Estes factos não serão para estranhar, pois as pessoas que iam trabalhar para o Cartório da Nobreza eram recrutadas na Casa dos Vinte e Quatro. Todos tinham profissões mecânicas com pouca ou nenhuma cultura.

Na perspectiva da organização do futuro Cartório da Nobreza, o rei D. Manuel I mandou fazer um armorial o *Livro do Armeiro-Mor* para normalizar os escudos de armas de família. O heraldista incumbido desse trabalho foi o Passavante Santarém, João de Cró, que teria interrompido a sua feitura em 1509. Ficou inacabado pela morte deste Oficial de Armas. Seguiu-se a encomenda a António Godinho, Guarda da Câmara Real, de outro armorial em pergaminho, o *Livro da Nobreza e perfeição de armas* (1528), se bem que já com o Cartório da Nobreza em funcionamento, seguiu a mesma orientação de normalização e neste código já vêm debuxados os timbres.

Os diversos de erros que contém o *Livro do Armeiro-Mor*, por ser o livro padrão, acabaram por se tornar no escudo de armas normal, como é o caso do esquartelado de Boteto. O mesmo sucedeu com as armas de Barbança que com todas as probabilidades são as dos Braganções. Dos erros, um há cujo escudo de armas não tem qualquer designação. Estas armas são iguais às de Leitão, Pestana e Silveira.

No cargo de Passavante Santarém, o heraldista João de Cró participou na viagem de estudo pela Europa como bolsheiro do rei D. Manuel. O próprio vocábulo do apelido é português e não francês. A indigenização do escudo de armas com que fora



## A heráldica em Portugal

agraciado pelo Imperador foi feita pelo Rei de Armas Português, neste caso António Rodrigues.

Em relação aos registadores do Cartório da Nobreza houve diversos conjuntos. Hoje existe a última série constituída por dez códices que vão de 1765 a 1910. Há, contudo, mais um códice vulgarmente denominado pelo *Livro Particular* (LP) que abrange o período de 1750 a 1769. Este não é uma recolha exaustiva das C.B.A. Baseado neste referido códice com os seus extractos feito pelo Reformador do Cartório da Nobreza e C.B.A. que têm sido publicadas, reconstruíram-se os dois copiadorees que abrangem o período de 1755 a 1765.

Durante o período da estadia da Corte no Rio de Janeiro foi começada paralelamente outra série de registadores. Também os seus primeiros copiadorees que abrangiam o período de 1811 a 1821 viriam a desaparecer. Pelo que a perda dos registadores incide sobre o período anterior a Agosto de 1750 e à série brasileira de 1811-1821.

O Terramoto destruiu a série de registadores em serviço que ia no décimo quarto volume. Este último códice da primeira série não foi destruído no cataclismo, pois que em 1758 ainda aí registaram uma C.B.A. Viria a ser abandonado e acabaria por desaparecer.

Das C.B.A. do período que termina com o Terramoto, houve uma perda que teria alcançado o reinado de D. Duarte. Sabe-se que as C.B.A. eram também registadas nos códices das chancelarias até 1682, porque eram mercês régias. Daí a perda ser grave e principalmente porque houve quatro códices desaparecidos da Chancelaria de D. Duarte. As mais antigas C.B.A. conhecidas são deste rei-



nado, para o campo que se estuda esta perda é na verdade muito grave.

O Cartório da Nobreza teve registadores que não faziam parte de uma série ordenada, uma vez que eram apenas códices avulso. A organização administrativa filipina terminou com esta situação e criou a primeira série de copiadorees denominada *Livro do Registo de Nobreza de Fidalgos*. Esta primeira série teria acabado com o próprio período filipino e é de todas a menos conhecida. Uma segunda série teria começado em 1683 e terminou em 1750. Esta segunda série abrange os reinados de D. Pedro II e D. João V, é a conhecida. Teria treze códices mais um que ficou incompleto. A importância desta série reside no facto do registo destas mercês não serem feitas nos livros das chancelarias.

Em relação aos reinados de D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II o Reformador do Cartório da Nobreza, Frei Manuel de Santo António e Silva mandou fazer três copiadorees que são conhecidos pelos *Livros Reformados* e mais um códice hoje denominado *Brasão d'Armas*.

Excluindo os registadores do reinado de D. João V, tem-se conhecimento de quase todas as C.B.A. emanadas do Cartório da

Nobreza. Somente por razões inexplicáveis faltam sempre os copiadorees do período joanino.

A partir da época liberal (1834), com a renovação das mercês de armas novas, o processo administrativo para o agraciado alcançar essa honraria passou a ter um circuito diferente que se reflectiu no Cartório da Nobreza. Enquanto umas C.B.A. seguiam o seu circuito normal, até porque eram de dedução genealógica, as de mercê nova baseavam-se num alvará que transitava para o Cartório da Nobreza, a fim de os seus Oficiais de Armas darem o respectivo andamento. Por esta razão nota-se uma mudança de estilo nas C.B.A. O estilo antigo vai desaparecendo porque cada vez é menor o número de C.B.A. baseadas na dedução genealógica. Como há nova moda da concepção estética da heráldica, as mercês novas reflectem uma ordenação de figuras e peças diferente.

O aumento das C.B.A. baseadas num alvará acabou por se tornar a norma do circuito administrativo resultando os dois últimos copiadorees do Cartório da Nobreza apenas terem mercês novas.

Há ainda um outro tipo de documentação emanada do Cartório da Nobreza que também desapareceu no Terramoto. O único copiadoree o *Livro de Registo de Certidões de Genealogia* ainda ia na folha 72, quando o cataclismo destruiu o arquivo daquele cartório.

A documentação em causa refere-se às Árvores de Geração, Linhagem e Privilégios dos Fidalgos (A.G.L.) e às Certidões de Nobreza e Fidalguia (C.N.F.) praticamente iguais e às Certidões de Descendência (C.D.) que só agora começaram a ser analisadas. O seu estudo demonstra que o Cartório da No-

## A heráldica em Portugal

breza também produzia certidões genealógicas, contudo, foi documentação pouco requerida. A razão de tal facto deve-se às C.B.A. trazerem e oficializarem as genealogias dos petionários.

A partir do século XVII o Cartório da Nobreza passou a ter como funções, apenas emanar as C.B.A e as raras A.G.L. e C.D.

No campo da armaria há a considerar as armas de Portugal e o uso dessas armas pela aristocracia.

O conde D. Henrique trouxe consigo as tintas do ramo genealógico da sua família: o branco e o azul. Aceita-se como verosímil ter criado uma bandeira branca com uma cruz de azul. Era normal os que chefiavam homens de armas, escolherem a sua bandeira.

Em relação à ordenação do escudo de armas, é uma criação do primeiro monarca. A sua criação tem uma forte conotação política. A primeira concepção política está relacionada com orientação independentista ligada à batalha de São Mamede travada em 1128.

Em simultâneo deu-se a criação duma lenda semelhante à existente em Aragão sobre o milagre que precedeu à vitoriosa batalha de Alcoraz (1099) contra os muçulmanos. A batalha de Ourique (1139) e o respectivo milagre ficaram ligados a um sentimento mítico que unia toda a descendência de D. Afonso Henriques. Daí até sua filha D. Teresa (ou Matilde) ter o seu selo de validação com as quinas, tal como o régio irmão. Desta forma o escudo de armas de D. Afonso Henriques teria uma simbologia própria que transmitiu à geração de seus filhos.

Durante o reinado de D. Afonso III, esbateu-se a concepção política independentista simbo-

lizada pela batalha de S. Mamede. Esta ideia é substituída pela ideia da unidade territorial com o seu suporte - a batalha de Ourique. A numismática desse reinado reflecte essa nova orientação. A partir dessa altura não houve mais alterações nesta ideologia política.

Estaria assim simbolizado o Milagre de Ourique pelas cinco chagas de Cristo crucificado e pelo exército comandado pelos cinco reis mouros derrotados.

A evolução das quinas no escudo de armas de Portugal fez-se gradualmente, até que no reinado de D. João II os escudetes laterais foram postos em pala.

Sobre a bordadura desconhecia-se quando se dera a fixação do número sete dos castelos de ouro que carregam a bordadura de vermelho.

Aceitava-se que a partir de 1557 na menoridade do futuro rei D. Sebastião o número de castelos se fixara em sete. A fixação de sete castelos de ouro na bordadura das armas de Portugal vem logo do início do reinado de D. João III que a numismática confirma.

O escudo com armas de Portugal usado pelos seus reis não

teve qualquer partição com outras armas como regra geral. Mesmo durante o período filipino o escudo de armas do reino foi sempre de Portugal pleno. Todavia, quando houve política régia de pretensão os reis espartelavam ou partiam com as armas dos outros reinos, embora só nestes casos e por um período determinado.

O uso da cruz de Avis pelos reis D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II que a retirou do escudo de armas de Portugal, foi uma tentativa para diferenciar as armas de Portugal usadas pela segunda dinastia.

A ordenação das armas de Portugal com uma cruz vem do reinado de D. Fernando I. Existe um exemplo numismático similar com a cruz da Ordem de Cristo. Possivelmente teria sido uma moda que o Mestre de Avis seguiu. Diferença esta que fora de cargo e evoluiu para as armas do país.

O timbre está em uso desde o reinado de D. Fernando I sempre com a mesma figura: a serpe.

Nota-se uma certa similarização com a heráldica de Aragão. Neste reino o timbre é um dragão, i. e., figura fabulosa alada. Nas armas de Portugal o timbre é uma serpe que também é uma figura fabulosa alada.

A escolha da serpe está directamente relacionada com a actuação de Moisés e a serpente, tal como se lê na *Bíblia*. Foi uma opção relacionada com a faceta espiritual de que as quinas são o primeiro exemplo cronológico.

No século XVIII, tentaram transformar a serpe em dragão ou criar uma serpe dragonada. O exemplo mais antigo conhecido é de 1642 e o uso de dragões como suportes é de 1667.



## A heráldica em Portugal

A partir da época josefina passa a ser normal, o uso da serpe com cabeça dragonada. É neste reinado que o timbre das armas de Portugal - que é sempre de ouro - aparece erradamente de verde. Os tenentes das armas de Portugal, a partir do rei D. Manuel I, foram fixados nos dois anjos.

Na heráldica estatal dos outros países, o factor principal dos tenentes ou suportes é o de segurarem bandeiras directamente relacionadas com as armas do escudo. O caso português é diferente, por quanto, o anjo da dextra segura a Cruz de Cristo e o da sinistra a esfera armilar.

A simbologia do proselitismo religioso simbolizado pela Cruz de Cristo e a esfera armilar, que como esfera representa a perfeição, faz dos tenentes das armas de Portugal um caso ímpar na heráldica estatal. Com o *Regimento de Armaria* (1512), as armas de Portugal só podem ser usadas por uma pessoa, a saber: o Rei. Significa que as armas pertencentes à Família Real tinham passado a ser as do estado. A partir de 1512, aos membros da Família Real só é permitido usar as armas do reino com um conjunto de diferenças específicas, como é o caso do banco de pinchar carregado ou não com uns quadrados com as armas de outros reinos.

O resultado desta actuação foi o da aristocracia de sangue só poder usar as armas do reino com diferenças próprias. Assim, quer com o uso da quebra, cujo caso mais conhecido foi o escudo de armas dos duques de Aveiro, quer esquarteladas com outras, como é o escudo das armas dos Sosas (Srs. de Arronches), quer num conjunto de partição múltipla, como são as armas dos Noronhas verifica-se que não são as armas do



reino, porque estas estão sempre no campo do escudo em pleno. Estas partições formam um conjunto indissolúvel e como tal não se podem modificar. É esta a razão por que foram emanadas C.B.A. em que as armas do reino não vêm aparentemente em lugar de honra. Se for observado o quartel onde estão inseridas a partição que ocupam é o lugar de honra.

De todas as peculiaridades da heráldica de família são as diferenças as que mais variáveis apresentam.

A promulgação do *Regimento de Armaria* (1512), tornou obrigatório os escudos de armas de família terem todos uma diferença específica excepto o do chefe da linhagem.

Esta legislação não veio trazer uma inovação, embora regularize um sistema que já estava em uso. A partir de 1512, o uso da diferença é regulamentado para especificar a via de dedução genealógica do escudo de armas do utente.

Não foi só na heráldica de família que houve diferenças. Nos diversos cargos das Forças Armadas os respectivos chefes tinham ornatos externos que os identificavam (1703), assim como os docentes universitári-

os que poderiam não ter o elmo para ser substituído pelo capelo e borla com as respectivas tintas das suas faculdades.

Foi no período liberal que se introduziram as últimas diferenças na heráldica de família. Os Pares do Reino passam a ter o direito ao uso do coronel de conde (1842); os Conselheiros de Estado efectivos, o coronel de marquês (1860); os Conselheiros de Estado honorários, com um coronel de ouro de pérolas (1862).

Tanto no escudo de armas como no dos seus ornatos externos, dentro do espírito de diferenças, nunca estas deixaram de ser atribuídas pelos Oficiais de Armas. Nesta sequência considera-se uma das formas de individualização dum ramo de determinada família qualquer alteração feita de forma evidente. Aceita-se como intencional a alteração, por exemplo, nas tintas dum escudo de armas de família, dando como resultado uma individualização heráldico-genealógica de ramo. Foi o caso do escudo de armas de Barros, passado pelas C.B.A. respectivamente a Miguel de Barros e a Baltasar Veloso ambas de 1609. Nestas armas de Barros o campo do escudo é de azul, tal como vem no LAM e não de vermelho.

Outra forma de criar diferenças, individualizando ramos de família, é o conhecido caso heráldico-genealógico dos Silveiras, Pestanas e Leitões. São da mesma família e usam todos o mesmo escudo de armas; ou os dois ramos individualizados também pelo timbre na família dos Severins. A individualização de ramo genealógico foi-lhes dada por um timbre diferente; ou os dois escudos de armas dos Castros com os seus diversos timbres. No caso desta família o apelido

## A heráldica em Portugal

manteve-se igual.

Um caso similar de individualização na mesma família em três dos seus ramos é o caso de Coutinhos, FONSECAS e TAVARES. As figuras comuns as estrelas ficaram com cinco, seis e sete pontas. Houve diferenciação nos timbres

Existe a individualização dada pela alteração dos metais como é o conhecido exemplo de Almeida para Melo.

Há também diferenças pela partição do campo do escudo de armas: uma das partições é ordenada com elementos novos; outra em que ficam juntos indissolúvelmente os dois escudos de armas referentes a famílias diferentes, como são os casos de Arrais de Mendonça ou de Gouveias, com Melo e Castro.

Os exemplos são múltiplos, mas a conclusão que se tira é de que os dois exemplos têm estruturas heráldicas diferentes, pois as finalidades eram distintas. As primeiras diferenças, que a tradição heráldica tem mantido, dada a Gaspar Domingues de Beja pelo rei D. Dinis e a Gonçalo Mendes Amado pelo rei D. Fernando I são mercês honrosas. Têm uma orientação diferente, pois são de mercê régia o que não sucedeu com as anteriores referidas. Os Oficiais de Armas viriam a utilizar este tipo de diferenças para individualizar ramos da mesma família, sem que tivessem de recorrer à mercê régia. Quanto à quebra, como foi usada em tão raríssimos casos, tudo o que se poderá concluir é de que o filete de negro posto em barra atravessante acabou por cair em completo desuso.

No tema específico da ordenação do campo do escudo as primeiras armas além de serem plenas eram bicromáticas. Desde 1231 há conhecimento que

o rei de Leão e Castela usa um esquartelado. Em Portugal a herdeira da Casa de Sousa, D. Maria Pais Ribeiro casada com D. Afonso Dinis, filho bastardo de D. Afonso III e de D. Maria Pires da Enxara deu origem a um esquartelado conhecido pelas armas dos Sosas (Srs. de Arronches). A aristocracia portuguesa estava ao corrente da evolução heráldica do que se passava noutros reinos e acompanhava essa evolução.

Os infantes portugueses seguiam a moda heráldica como foi o caso do infante D. Pedro casado com Elemburg, condessa de Urgel, com um escudo partido de Portugal (antigo) e Urgel; ou do infante D. Fernando casado com Joana, condessa da Flandres e do Hainaut com dois escudos distintos, cada um com as armas plenas dos dois feudos da consorte. Aliás como foi o caso de D. Afonso III, quando casou com Mahaut, condessa de Boulogne e de Dammartin, com um escudo bipartido de França e Dammartin.

Os Oficiais de Armas souberam criar figuras e partições originais, tais como a Cruz de Cristo, a esfera armilar, a caderna, o terno, ou a partição ou peça denominada canto. Quanto aos tenentes, os dois anjos segurando a Cruz de Cristo e a esfera

armilar demonstra uma concepção heráldica original.

De todas as originalidades, uma é relevante: a adaptação da empresa de uso meramente individual, como era em Portugal e Inglaterra, passar a empresa dum país. A esfera armilar que começou como a empresa pessoal de D. Manuel I veio a evoluir, transformando-se na empresa de Portugal.

O desenvolvimento heráldico português, teve quase sempre escudos de armas similares com a corrente que havia nos outros reinos. Como caso único duma mercê de armas novas com um esquartelado, cujos quartéis diferentes estão muito carregados e dois deles bastante naturalistas, tal como era a moda no século XVII em Espanha foi passado a Bento Maciel Pereira (1637) uma C.B.A.

Em relação ao século XIX, a moda heráldica portuguesa era similar às suas congéneres criando figuras femininas tais como a Beneficência, a Indústria, a ilha da Madeira, o Génio da Engenharia, para além da mira e da báscula hidrométrica; ou utilizando figuras comuns na moda heráldica desse período como a ponte metálica, a locomotiva e principalmente usando o naturalismo para criar paisagens.

O uso do timbre foi uma orientação emanada do próprio Rei para que todos os escudos de armas de família o usassem. Esta actuação tem uma profunda orientação política, pois na heráldica espanhola de família não existe o timbre; na francesa, preferem sempre o uso do coronel. A própria opção original do vocábulo timbre, derivado da zona do elmo onde se fazia o toque de qualidade, até à obrigatoriedade do seu uso foi uma medida que desde o princípio da sua aplicação teve uma particularidade: a escolha duma



## A heráldica em Portugal

figura do escudo das armas. Raramente falante, i. e., directamente relacionado com o apelido e não com as figuras do campo do escudo, como foram os casos de Camelo, Leitão, Beliago. Como orientação geral o timbre é proveniente duma das figuras das armas, o que não é a norma nos armoriais do continente. A regra estabelecida, quando há partição do campo do escudo, seria o primeiro quartel a dar o timbre. A norma era esta, mas tem-se descoberto C.B.A. que o timbre é até oriundo do último quartel para o qual não se conhecem ainda as regras desta actuação. Existem certos ornatos externos dos escudos de armas mas de uso muito restrito na heráldica de família. É o caso da substituição do paquife por bandeiras. Até num escudo esquartelado podem ser colocadas e o que é mais, nem sequer pertencem à primeira partição.

Na heráldica portuguesa nem todas as partições e peças têm sido estudadas. Verificaram-se elementos originais da heráldica portuguesa como é a adaptação do mantel castelhano.

O problema da armaria ao especificar a proporção da largura na bordadura, i. e., um terço da largura do campo do escudo está heraldicamente mal interpretada porque deixaria uma superfície livre, para ordenar as figuras ou peças muito diminuta (1/3). Os heraldistas não podem cumprir esta regra. Na heráldica dos países ibéricos esta norma nunca foi cumprida. Encontrou-se a solução de acordo com as regras: a superfície total da largura da bordadura, quer lateralmente quer nos topos não ultrapassa um terço da área do campo do escudo.

Notou-se o desaparecimento no armorial português de armas medievais de família, como



Taveirós, Turrichão e Urrós ou o esquecimento da ordenação das tintas no caso dos Tougues, mas talvez o mais grave seja a ordenação errada que tem sido dada às actuais armas de Geraldés.

As armas de mercê nova reúnem-se em sete grupos diferentes. Quando se poderia pensar que era uma ordenação nova e dum só tipo, nota-se que há diversos géneros de armas novas. Muito se deve à heráldica do século XIX que veio trazer uma gama diversificada de armas de mercê nova.

Uma das regras fundamentais do *Regimento de Armaria* é a interdição da partição do escudo ser superior ao esquartelado, contudo, verificou-se a impossibilidade do seu cumprimento. É o caso dum quartel ter mais de um escudo de armas de família, como as dos Arrais de Mendonça, ou até com outras partições, como são os escudos entre outros dos Noronhas, Sosas (Srs. de Arronches) e Motas (de Jerónimo da Mota).

Existem escudos de armas que os luso-descendentes usam no estrangeiro, assim como as armas de família que os tratadistas estrangeiros dizem ser portuguesas e têm como factor comum

serem quase todas desconhecidas dos heraldistas portugueses. Se bem que ainda incipientes, qualquer destas duas inventariações demonstra um campo a pesquisar maior do que se poderia prever.

No armorial de famílias portuguesas existe um conjunto de armas desconhecidas, assim como há referências a outras armas também ignoradas, resultando um acervo de cerca de dois mil escudos de armas de família.

Na abordagem à heráldica eclesiástica portuguesa, segue-se uma orientação diferente da usual. A finalidade está em ultrapassar a mera descrição dos escudos de armas das prelaturas superiores, dando possibilidade de expor a originalidade da heráldica eclesiástica portuguesa. Verificou-se que os chapéus heráldicos dos arcebispos e bispos portugueses eram de negro, forrados de verde e com as borlas do mesmo.

No século XVIII, houve uma tentativa de introduzir a concepção das armas das dioceses, como na Inglaterra e na Alemanha. Foi-se mais longe, pois até teria havido um projecto para as armas do cabido, assim como para as dos respectivos prelados.

Outra característica da heráldica eclesiástica portuguesa é o uso tardio do conjunto mitra e báculo, que só no último quartel do século XV começou a ser usado, ou seja mais de um século depois de estar em uso no continente.

Quanto aos escudos de armas das ordens religiosas portuguesas, i. e., criadas por portugueses em Portugal, verificou-se que só há uma e foi fundada há pouco mais de um século: a Congregação das Franciscanas Hospitalarias da Imaculada Conceição. Uma vez que é congregação feminina, o seu escudo de armas é uma lisonja franchada. Esta ordenação é um caso raro na heráldica das congregações eclesiásticas. •

### Um livro de Paula Cristina Remoaldo

## Desigualdades territoriais e sociais subjacentes à mortalidade infantil em Portugal

*Desigualdades territoriais e sociais subjacentes à mortalidade infantil em Portugal* é o título da obra de Paula Cristina Almeida Remoaldo, recentemente publicada com a chancela da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação para a Ciência e Tecnologia. O volume apresenta-se como uma síntese da dissertação de Doutoramento em Geografia Humana, que a autora defendeu na Universidade do Minho no ano de 1999, onde se debruçou sobre a observação dos comportamentos de risco dos pais das crianças.

Na primeira parte do trabalho, onde a autora faz o "enquadramento teórico e metodológico da morbilidade e da mortalidade infantil", a Paula Remoaldo parte da análise dos factores determinantes da morbilidade e da mortalidade infantil, sustentando-se num modelo conceptual que concebeu equacionando os principais factores de risco responsáveis pelo baixo peso à nascença e pela prematuridade. Segundo a autora, "a elaboração deste modelo justificou-se pela necessidade de sistematizar a mais de uma centena de factores que têm sido advogados para a compreensão desta problemática e chamou a atenção para a importância dos factores territoriais (residência em espaços urbanos, rurais, mistos) e dos factores sócio-económicos (com destaque para o nível de instrução da mulher)".

Partindo da sua condição de geógrafa, Paula Remoaldo dirige neste trabalho uma atenção especial aos factores territoriais, geralmente descurados na abordagem da problemática que tra-



cou, sustentando a ideia de que esses factores "veiculam diferentes culturas, importantes para a compreensão de vários factores sócio-culturais (comportamentos e estilos de vida)". No contexto da análise dos factores da morbilidade e da mortalidade infantil, a investigadora traça o perfil das mães, salientando a importância dos respectivos níveis da instrução, e analisa pormenorizadamente os aspectos relacionados com comportamentos e estilos de vida (tabagismo, consumo de café e de chá, consumo de álcool e toxicodependência, padrão nutricional, cuidados com a gravidez e com o parto).

Na segunda parte da obra, a investigadora traça o "perfil evolutivo da morbilidade e da mortalidade infantil em Portugal" centrando a sua atenção na qualidade de algumas variáveis que são publicadas anualmente pelo I.N.E. e na observação de comportamentos preventivos

adoptados pelos pais da criança. Como resultado desta análise, a autora chama a atenção para o facto de que "algumas das variáveis do foro sócio-demográfico e médico estão a ser mal registadas no território que foi objecto de estudo, especialmente a ocorrência de parto no domicílio e o peso a nascença", sugerindo que o processo de declaração e registo dos nascituros deverá ser sujeito a normas de controlo mais rigorosas.

Entre as conclusões a que chegou, a Paula Remoaldo nota que "há ainda muito a fazer no domínio da educação para a saúde, no sentido de persuadir as mulheres a contactarem os serviços mais cedo", destacando o papel que a escola pode desempenhar enquanto "elemento veiculador de informação, particularmente no início da adolescência".

Constatando que os organismos públicos se têm preocupado mais em "equacionar as normas subjacentes ao planeamento de equipamentos de saúde do que avaliar se na prática estas estarão realmente a ser cumpridas", a investigadora chama a atenção para as potencialidades do contributo dos geógrafos nesta problemática, nomeadamente nas intervenções relacionadas com "acessibilidade física, social, étnica e até psicológica e do diagnóstico de territórios-problema".

Paula Cristina Remoaldo é docente da Universidade do Minho, exercendo actualmente funções de Directora da Secção de Geografia do Instituto de Ciências Sociais e da Licenciatura em Geografia e Planeamento. •

**AAN**

## Recursos da Internet para o estudo da população

### International Data Base (IDB)

A base de dados internacional (IDB) é uma fonte digital de estatísticas demográficas e socio-económicas que abrange 227 países e áreas do mundo. A IDB foi criada no contexto do International Programs Centers do U.S. Bureau of the Census, com o objectivo de dar resposta às exigências de informação da equipa do IPC para ir de encontro às solicitações das organizações que patrocinam os seus projectos de pesquisa. A IDB fornece acesso rápido a informação especializada, com a ênfase nos indicadores demográficos relativos a países individuais ou grupos de países.

A IDB cruza dados das fontes nacionais (em especial censos e inquéritos) com as estimativas e as projecções do IPC para a disponibilização de informação relativa ao período entre 1950 e 2050. Sendo o IDB uma ferramenta da pesquisa do IPC para responder às exigências das entidades patrocinadoras, a quantidade de informação disponível para cada país é variável, erigindo como objectivo, por um lado, manter actualizada a base de dados, e, por outro, alargar a sua cobertura territorial.

Os principais tipos de dados disponíveis na IDB abrangem variáveis sobre:

- População por idade e por sexo
- Taxas vitais, mortalidade infantil, e tabelas da vida
- Fertilidade e sobrevivência da criança
- Migração
- Situação conjugal
- Planeamento familiar
- Etnicidade, religião, e língua
- Literacia
- Mão-de-obra, emprego, e renda
- Habitação

#### Características dos dados:

- Temporal: por anos seleccionados, de 1950 ao presente, e projecções demográficas até 2050.
- Espacial: 227 países e áreas.
- Definição: População nacional, dados seleccionados por residência urbana/rural, dados seleccionados por idade e sexo.

Os dados disponibilizados são obtidos a partir das seguintes fontes:

- U.S. Bureau of the Census, Estimates and Projections
- Departamentos e Institutos nacionais de estatísticas (no caso português, o INE).
- Nações unidas e agências especializadas (ILO, UNESCO, WHO)

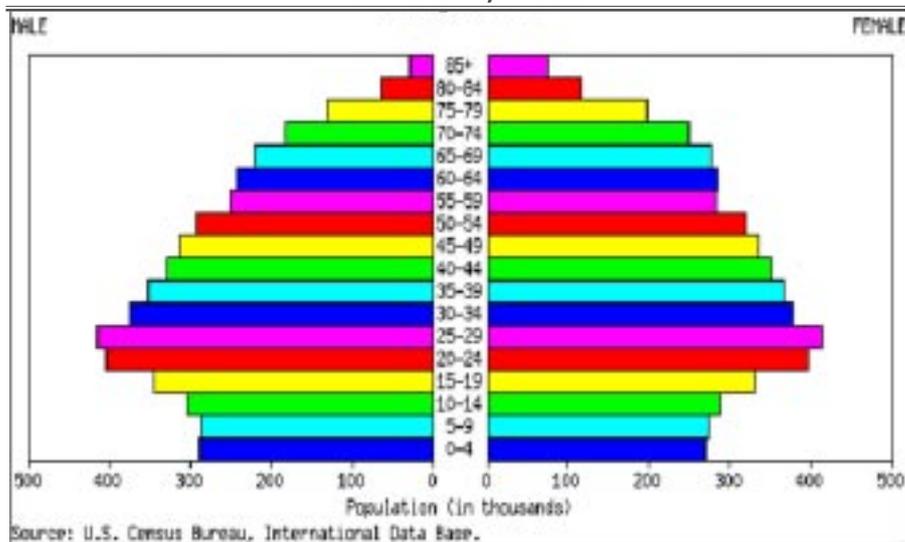
No seu site na Internet, a IDB disponibiliza: dados demográficos sumários distribuídos por países; acesso *on-line* por tabelas, países e anos e a dados demográficos agre-

gados da por regiões e/ou países; pirâmides de população (gráficos da população, com distribuição por idades e sexos gerados automaticamente); a distribuição dos países em função da sua População, para qualquer ano entre 1950 e 2050 e informação sobre o estado da população mundial.

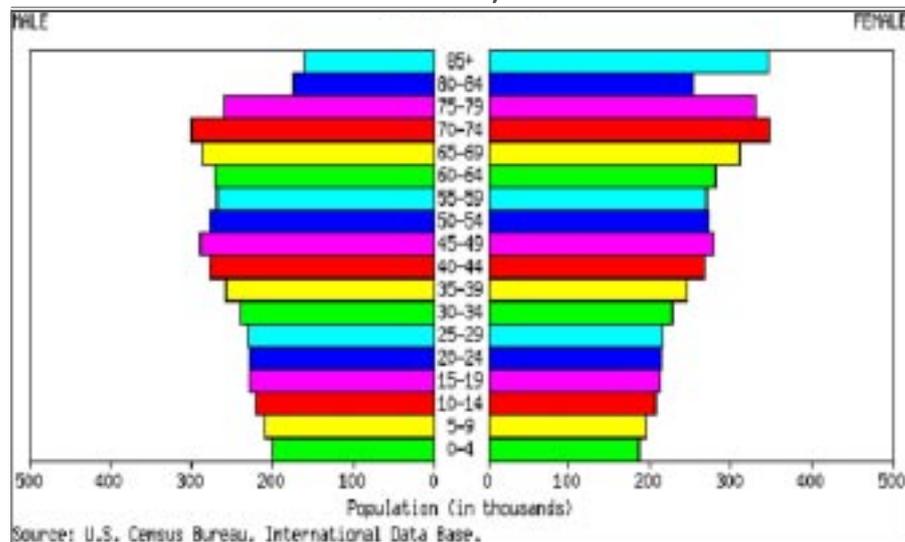
Este site permite ainda proceder ao *download* gratuito do programa e da própria base de dados para instalação e utilização no computador pessoal de qualquer interessado.

U.S. Census Bureau

#### PORTUGAL, 2000



#### PORTUGAL, 2050



Pirâmides de idades de Portugal, relativas aos anos 2000 e 2050 (projecção), geradas com os recursos disponíveis na IDB.

<http://www.census.gov/ipc/www/idbnew.html>

## II JORNADAS DO NEPS

Festas e Romarias tradicionais no Portugal Contemporâneo:

Persistência de práticas e significados sócio-culturais

### PROGRAMA PROVISÓRIO

13, 14 e 15 de Janeiro de 2003 | Universidade do Minho | Campus de Azurém | Guimarães

**Dia 13 de Janeiro (2ª- Feira)**

9h30: Entrega da Documentação

10h00: Abertura Oficial

10h30: Conferência Inaugural

10h45: Pausa para café

11h00: 1ª Sessão de Trabalho

Festas, festividades e romarias: Estruturas comunitárias e mudança socio-cultural

13h00: Almoço

14h30: Abertura de Feira do Livro especializada; Apresentação de Posters; Sessões multimédia (vídeos, etc.)

15h00 – 1º Painel:

Festividades : Herança Tradicional Europeia

**Dia 14 de Janeiro (3ª- Feira)**

9h30: 2ª Sessão de Trabalho

Crenças, Lugares Sagrados e Peregrinações: origens e migrações.

10h45: Pausa para café

11h00: 3ª Sessão de Trabalho

Eros e Tanatos: Etno-história e História Recente da cultura popular

13h: Almoço

14h30: 2º Painel:

Novos objectos e novas metodologias de Investigação (ex. as festas de S. João na Europa; Festas, Romarias Emigrantes e Casamentos)

16h: Programa sócio-cultural

Actuação de uma Banda, Rancho Folclórico e Grupo de Música Popular

**Dia 15 de Janeiro (4ª- Feira)**

9h30: 3º Painel:

Festas e Romarias portuguesas em Projecto:

- Arquivos e Museus etnográficos e de história oral;

- Produção de um Banco de Dados;

- Criação de Observatório de práticas para o desenvolvimento do nosso Património e Turismo Cultural.

11h45: Pausa para café

12h00: Síntese das Sessões de Trabalho. Conclusões e Recomendações das Jornadas.

12h30: Sessão Oficial de Encerramento

13h00: Almoço de Confraternização

16h00: Programa Cultural

Romaria de Sto. Amaro - Guimarães

### INSCRIÇÕES

Os participantes com comunicação deverão remeter à Comissão Organizadora das Jornadas os títulos e resumos (máximo 450 caracteres) dos trabalhos a apresentar até ao dia 10 de Dezembro.

Os textos das comunicações aceites não deverão exceder 15 a 20 páginas (em word, tamanho de letra 12, espaço entre linhas 1,5) devem ser entregues (em suporte de papel e digital) até ao limite máximo de 10 de Janeiro, sendo o prazo de entrega das versões definitivas, 28 de Fevereiro de 2003.

### INFORMAÇÕES

#### ♦ Núcleo de Estudos de População e Sociedade

Universidade do Minho,

Pólo de Azurém

4800-058 Guimarães

♦ Telefone/Fax:

**253510187**

♦ e-mail:

**neps@neps.ics.uminho.pt**



# neps

## II Jornadas

Núcleo de Estudos de População e Sociedade|Instituto de Ciências Sociais|U.M.|Guimarães|13, 14 e 15 de Janeiro de 2003

### FESTAS E ROMARIAS TRADICIONAIS NO PORTUGAL CONTEMPORÂNEO

#### FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo/Categoria Profissional: \_\_\_\_\_

Grau Académico: \_\_\_\_\_

Escola/Instituto/Universidade: \_\_\_\_\_

Contacto: \_\_\_\_\_

Inscrição com comunicação:  / sem comunicação:

Título e Tema: \_\_\_\_\_

Sessão de Trabalho: \_\_\_\_\_

Apresenta - Painel:  /Cartaz:  /Produto Multimedia:

Equipamento necessário: \_\_\_\_\_

Observações /Recomendações: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

A presente ficha deverá ser devolvida ao NEPS, acompanhada do valor referente à inscrição (45 euros, 12,50 euros para estudantes, gratuita para participantes com comunicações aceites), até ao dia 15 de Dezembro de 2002



♦ Núcleo de Estudos de População e Sociedade  
Universidade do Minho,  
Pólo de Azurém  
4800-058 Guimarães  
♦ Telefone/Fax:  
**253510187**  
♦ e-mail:  
**neps@neps.ics.uminho.pt**

**AMORIM, Maria Norberta e CORREIA, Alberto**, *Francisca Catarina (1846-1940). Vida e Raízes em S. João do Pico (Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade)*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00 / 18,95 €]

**AMORIM, Maria Norberta**, *Ribeiras do Pico. (Finais do séc. XVII a finais do séc. XX). Microanálise de evolução demográfica*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[1 800\$00/ 8,98 €]

**BARBOSA, Maria Hermínia Vieira** (com a colaboração de **Anabela de Deus Godinho**), *Crises de mortalidade em Portugal, desde meados do século XVI até ao início do século XX*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[1 250\$00/ 6,23 €]

**CARVALHO, Elza Maria Gonçalves Rodrigues de, Basto (St.ª Tecla) - Uma Leitura Geográfica (do século XVI à contemporaneidade)**, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00/ 18,95 €]

**FARIA, Inês Martins de**, *Santo André de Barcelinhos. O difícil equilíbrio de uma população - 1606-1910*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1998.

[3 000\$00/ 14,96 €]

**GOMES, Maria Palmira Silva**, *Estudo Demográfico de Cortegaça - Ovar (1583-1975)*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1998.

[3 000\$00/ 14,96 €]

**NEVES, António Amaro das**, *Filhos das Ervas - A ilegitimidade no Norte de Guimarães, séculos XVI-XVIII*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[3 000\$00/ 14,96 €]

**MACIEL, Maria de Jesus**, *Imagens de Mulheres*, Câmara Municipal de Lajes do Pico/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[1 800\$00/ 8,98 €]

**SANTOS, Carlota Maria Fernandes dos**, *Santiago de Romarigães, comunidade rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, Câmara Municipal de Paredes de Coura - Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 000\$00/ 14,96 €]

**SCOTT, Ana Sílvia Volpi**, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVII e XIX)*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00/ 18,95 €]

**SOLÉ, Maria Glória Parra Santos**, *Meadela, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1593-1850)*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[3 800\$00/ 18,95 €]

Aos membros do Neps é concedido um desconto de 20% sobre o preço de capa. Os pedidos (acompanhados de cheque correspondente ao valor dos livros solicitados) devem ser encaminhados para a Secretaria do Núcleo de Estudos de População e Sociedade (Campus de Azurém da Universidade do Minho).



## Boletim Informativo

nº 28 ■ Novembro de 2002

PUBLICAÇÃO DO:  
**NÚCLEO DE ESTUDOS  
DE POPULAÇÃO E SOCIEDADE**  
Instituto de Ciências Sociais  
Universidade do Minho  
Pólo de Azurém  
Guimarães

DIRECTORA:

**Maria Norberta Amorim**

EDITOR:

**António Amaro das Neves**

COORDENAÇÃO DA REDACÇÃO:

**Elisabete Pinto**

COLABORADORES DESTE NÚMERO:

**Maria Norberta Amorim, Manuel**

**Artur Norton, Carlota Santos,**

**António Amaro das Neves**

SECRETARIADO:

**Isabel Salgado, Daniel Freitas, Fátima**

**Dias, Natália Silva, Sónia Fer-**

**randes, Vítor Oliveira**

DEPÓSITO LEGAL

n.º 125306/98

♦ Núcleo de Estudos  
de População e Sociedade

Universidade do Minho,

Pólo de Azurém

4800-058 Guimarães

♦ Telefone/Fax:

**253510187**

♦ e-mail:

**neps@neps.ics.uminho.pt**

♦ Mailling list:

•endereço:

**neps\_uminho@egroups.com**

•subscrição:

**neps-uminho-subscribe@egroups.com**

♦ URL:

**www.eng.uminho.pt/~neps**

O Boletim Informativo do NEPS é uma publicação bimestral dedicada à divulgação das actividades do Núcleo de Estudos de População e Sociedade e dos trabalhos relacionados com Demografia Histórica e História das Populações. Agradece-se toda a colaboração que nos seja enviada, a qual será submetida à apreciação dos editores. Solicita-se o envio de notícias acerca de eventos, publicações e investigações nas áreas de Demografia Histórica e afins.

Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.